

"O que de mais importante aconteceu em 2019 em matéria de produção legislativa nos seus Estados e Regiões".

O objetivo é que cada consultor identifique os diplomas mais importantes publicados/aprovados no ano de 2019 no seu ordenamento jurídico e justifique porque os considera importantes. Pretende-se uma espécie de "relato simplificado" da produção legislativa desse ano e não uma apresentação detalhada dos diplomas mais importantes.

## **Cabo Verde**

### **1. Actos legislativos e normativos no ordenamento jurídico de Cabo Verde**

Dos termos da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) resulta que são actos legislativos da Assembleia Nacional (AN) **a Lei Constitucional, a lei e o Regimento**. (artigo 260º nº 1 da Constituição);

A A.N. aprova igualmente **resolução**: (artigo 265º nº 1 da Constituição) e **moção**: (artigo 267º da Constituição)

Do Governo são actos legislativos: o decreto, decreto legislativo e o decreto-lei. (artigo 261º nº 1 e 204º, 206 da Constituição)

O Governo pode aprovar ainda o seu Regimento (artigo 263º); Os Regulamentos (decreto-regulamentar, Portarias/despacho normativo) (205º, 264º), Moção (artigo 206º) e Resolução ( 265º nº 2, 206º ), todos da CRCV

Com base na tipificação de categorias de actos legislativos e normativos<sup>1</sup> estabelecidos na Constituição se apresenta o quadro de actos publicados no Boletim oficial

### **2. Quadro de actos publicados de janeiro a Novembro de 2019**

De Janeiro a Novembro de 2019, foram publicados no Boletim Oficial **313** actos legislativos e normativos, sendo 56 actos da Assembleia Nacional e 257 os actos do Governo.

---

<sup>1</sup> No Artigo 262º da Constituição ((**Tipicidade dos actos legislativos**) se determina que "Nenhuma lei pode criar outras categorias de actos legislativos, nem atribuir a actos normativos de outra natureza poder para interpretação autêntica ou integração das leis, bem como para modificar, suspender ou revogar qualquer acto legislativo".

Os actos legislativos da Assembleia correspondem a 17,89% actividade legislativa publicada, enquanto que os actos do Governo correspondem a 82,10% da produção legislativa/normativa publicada

| Da Assembleia Nacional | quantidade | % de actos da AN | % do total de actos publicados | Aprovação originária | Alteração |
|------------------------|------------|------------------|--------------------------------|----------------------|-----------|
| Lei constitucional     | 0          | 0                |                                |                      |           |
| Lei                    | 22         | 39,29            |                                |                      |           |
| Regimento              | 0          |                  |                                |                      |           |
| Resolução              | 34         | 60,7             |                                |                      |           |
| Moção                  | 0          |                  |                                |                      |           |
|                        | <b>56</b>  |                  |                                |                      |           |

**Quadro 1 – actos legislativos da Assembleia Nacional – 2019 (janeiro a Novembro)**

| Do Governo                 | quantidade | % de actos do Governo | % do total de actos publicados | Aprovação originária | Alteração |
|----------------------------|------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------|-----------|
| Decreto                    | 9          | 3,50                  |                                |                      |           |
| Decreto-legislativo        | 3          | 1,17                  |                                |                      |           |
| Decreto-lei                | 48         | 18,68                 |                                |                      |           |
| Decreto-regulamentar       | 8          | 3,11                  |                                |                      |           |
| Portaria conjunta+Portaria | 41         | 15,95                 |                                |                      |           |
| Despacho Normativo         | 0          | 0,00                  |                                |                      |           |
| Resolução                  | 148        | 57,59                 |                                |                      |           |
| Moção                      | 0          |                       |                                |                      |           |
|                            | <b>257</b> |                       |                                |                      |           |

**Quadro 2 – actos legislativos e normativos do Governo – 2019 ( e Janeiro a Novembro)**

### 3. Actos legislativos a destacar em razões de tendências que introduzem no sistema de organização e funcionamento do Estado e serviços

#### Leis

- 1) - [Lei nº 65/IX/2019](#) (criação do Fundo Soberano de Garantia do Investimento privado)
- 2) - [Lei nº 64/IX 2019](#) (Regime Jurídico da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil)
- 3) [Lei nº 63/IX 2019](#) – altera a lei nº84/VIII/2015 (serviço de Inspeção do judicial)
- 4) [Lei nº 62 /IX 2019](#) - altera a lei nº85/VIII/2015 (serviço de inspeção do Ministério Público)
- 5) [Lei nº 61 /IX 2019](#) –criação do Fundo Soberano de Emergência
- 6) [Lei nº 59/IX/2019](#) (altera a lei nº 88/VII/2011 de 14 de fevereiro – Lei de organização, competência e funcionamento dos tribunais judiciais)
- 7) - [Lei nº 58/IX/2019](#) (altera a lei nº 104/VIII/2019 de 6 de Janeiro – regras aplicáveis aos sector público empresarial)
- 8) - [Lei nº 56/IX/2019](#) (altera a lei nº 30/VII/2008 de 21 de julho – Lei de investigação criminal)
- 9) - Lei nº 52/IX/2019 (alteração da Lei nº 78/VII/2010 de 30 de Agosto relativo ao regime da execução da política criminal)
- 10) - Lei nº 51/IX/2019 (aprova o regime de disponibilidade, venda e consumo de bebidas alcoólicas )
- 11) Lei nº 45/IX/2019 (regula a constituição, organização, atribuições e funcionamento das entidades de gestão colectiva do direito de autor.)

#### Razões da importância

1. A **Lei nº 65/IX/2019 de 14 de Agosto** e que entrou em vigor no dia 15 de Agosto, cria o Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado, como património autónomo, sob forma de sociedade anónima unipessoal, com limitação de responsabilidade exclusivamente pelas dívidas encargos e responsabilidades em que incorra no decurso da sua atividade

A importância da Lei reside no objecto/finalidade o Fundo se que propõe, com efeito, dispõe o artigo 3º que “*1 - O Fundo tem por objeto garantir a emissão de valores mobiliários, em particular títulos de dívida, por empresas comerciais privadas de direito cabo-verdiano em mercados regulamentados para financiamento dos respectivos financiamentos*”

O nº 2 do mesmo artigo diz que “o fundo tem como fim acessório a concessão de garantias a operações de financiamento e operações financeiras de natureza equivalente de que sejam beneficiárias empresas comerciais privadas de direito cabo-verdiano”

3- A prestação de garantias, para além de observar o disposto na presente Lei, rege-se por regulamento próprio aprovado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, sob proposta do Conselho de Administração e parecer do Conselho Consultivo e do Fiscal Único do Fundo.

A capitalização do fundo faz-se em 90% por afetação de recursos do *International Support For Cabo Verde Trust Fund*, criado pela Lei n.º 69/V/98, de 17 de agosto, e foi, entretanto extinto pela Lei nº 60/IX/2019 de 29 de Julho

2. - Lei nº 64/IX 2019 (Regime Jurídico da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil) altera o regime

Do preâmbulo à Lei resulta que “Com a presente lei pretende-se proceder às alterações ao quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos do país, pela via de revogação do Decreto-Legislativo n.º 1/2014, de 26 de setembro, e da introdução de modificações necessárias a um ambiente legal e regulatório adequado que permita assegurar que os aeroportos e aeródromos do País sejam geridos de forma sã e prudente e de acordo com as melhores práticas internacionais e, simultaneamente, garantindo a capacidade de financiamento necessária à prossecução dos investimentos necessários, nomeadamente no que respeita ao aumento da capacidade.

3. - [Lei nº 52/IX/2019](#) (alteração da Lei nº 78/VII/2010 de 30 de Agosto relativo ao regime da execução da política criminal)
4. - [Lei nº 51/IX/2019](#) (aprova o regime de disponibilidade, venda e consumo de bebidas alcoólicas ) – altera igualmente a Lei nº 8/V/96 de 11 de Novembro; altera e faz aditamento ao Decreto-Lei nº46/2007 de 10 de Dezembro
5. [Lei nº 45/IX/2019](#) (regula a constituição, organização, atribuições e funcionamento das entidades de gestão colectiva do direito de autor.)

#### **Decreto-legislativos**

[Decreto-legislativo nº1/2019](#) (aprova o código comercial)

#### **Decreto-Lei**

[Decreto-lei nº 49/2019](#) de 12 de Novembro – Novos estatutos da RTC, SA)

[Decreto-lei nº 47/2019](#) de 28 de Outubro – Estatutos da AAC

#### **Resoluções do Governo**

[Resolução nº 102/2019](#) – classifica a Língua cabo-verdiana como património cultural imaterial cabo-verdiano.